



GT 021. Antropologia e tecnociência: teorias, métodos e perspectivas

Fabiola Rohden (UFRGS) - Coordenador/a, Marko Synésio Alves Monteiro (UNICAMP) - Coordenador/a, Jane Araújo Russo (IMS-UERJ) - Debatedor/a, Fabrício Monteiro Neves (Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Guilherme José da Silva e Sá (Departamento de Antropologia - UnB) - Debatedor/a)

O objetivo deste GT é promover a discussão sobre as interfaces entre ciência, tecnologia, sociedade e poder, a partir da produção antropológica contemporânea. Dessa forma, busca ampliar o espaço de discussão do campo da Antropologia da Ciência e da Tecnologia, tanto no sentido de consolidar debates em andamento quanto na intenção de refletir sobre as perspectivas dessas investigações para o futuro. Temas como biossocialidades, biomedicalização, práticas de produção de conhecimento em laboratórios e as interfaces entre conhecimentos científicos e não científicos têm sido muito investigados em anos recentes. Ao lado desses temas, questões como as relações entre humanos-não humanos (dentro e fora de instituições científicas), redes de produção de ciência e tecnologia e as interações entre "nós" e cosmologias não ocidentais vêm dando cada vez mais densidade à reflexão antropológica. Ao lado da renovação dos temas de pesquisa, antropólogos/as envolvidos com a tecnociência vêm também ajudando a reconstruir teorias. Seja na crítica da Teoria Ator-Rede, ou no efervescente campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, temas como associações, performatividade e políticas ontológicas vêm ganhando terreno na análise social, com forte participação de antropólogos/as e do método etnográfico. O GT buscará reunir trabalhos que ajudem a construir uma reflexão sobre o papel que a Antropologia vem tendo nesse cenário de reflexões.

Experimentos e mutações: a politização da vida através do aconselhamento genético

Autoria: Bruno Lucas Saliba de Paula

Cada vez mais comum no Brasil, o aconselhamento genético (AG) pretende medir a probabilidade de que indivíduos sejam acometidos por enfermidades genéticas. Uma vez detectado esse risco, os pacientes são aconselhados, de forma imparcial e não diretiva, por uma equipe de especialistas de várias áreas. Com base nas informações assim obtidas, cada sujeito tomará, livremente, as providências que julgar necessárias: ajustar sua dieta, praticar exercícios físicos, ter ou não filhos, etc. Diante disso, nos propomos a abordar algumas questões: em que medida a autovigilância e o cuidado individual com a saúde conseqüentes do AG aproximam-se da subjetividade e das formas de controle social típicas da governamentalidade neoliberal, tal como pensada por Foucault? Se prefere não dar à luz um bebê possivelmente afetado por alguma irregularidade genética, estaria um casal perseguindo e sustentando tipos biológicos humanos tidos como normais e melhores? Estariam as informações obtidas através do AG relacionadas a modos de subjetivação e de sociabilidade específicos, praticados por cidadãos-pacientes responsáveis e engajados em coletivos de biossociabilidade? Buscamos responder essas questões a partir do repertório teórico-conceitual dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia. Interessa-nos identificar como estado, empresas, cientistas e indivíduos envolvidos com o AG tratam de temas como a implementação de políticas públicas relacionadas a genética clínica, os debates éticos em torno do AG e as controvérsias acerca dos avanços da medicina genômica. A medicina genômica e o AG se desenvolvem num contexto de redução dos encargos estatais, em que instituições privadas e indivíduos devem perseguir o bem-estar e a saúde. Cada um busca investir, voluntária e individualmente, em seu "capital humano" e "genético" através de cuidados com o corpo e com



a saúde, numa série de práticas de autovigilância e de controle dos riscos. Portanto, com essa crescente responsabilização de cada sujeito, poderia estar a surgir um novo tipo de eugenia, desta vez mais individualizada. A diferença é que o AG seria praticado por indivíduos autônomos em busca da minimização dos riscos que podem acometê-los, enquanto as políticas eugênicas eram grandes empreendimentos estatais, de cunho coercitivo. Por outro lado, essa mesma dinâmica neoliberal parece favorecer o surgimento de movimentos de contra-subjetivação, de cidadãos-pacientes que engendram importantes redes ?expertise leiga? e de participação política. Seria o caso das associações de portadores de doenças raras, que experimentam um novo tipo de ativismo ao lutar por recursos destinados ao tratamento de suas doenças, auxiliar médicos e cientistas em suas pesquisas, compartilhar de forma horizontal informações sobre suas enfermidades.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

